

ATA DA 82ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TURISMO DO POLO COSTA DAS DUNAS, REALIZADA NO DIA 24/06/2020 EM PLATAFORMA VIRTUAL: GOOGLE MEET

Início: 09h11

SOLANGE DE ARAÚJO PORTELA (Subsecretária de Políticas e Gestão Turística - SETUR/RN) – Abriu a reunião agradecendo a presença de todos e informando que Ana Maria não poderia participar da reunião. Procedeu com a aprovação da Ata da reunião anterior. Apresentou os protocolos de segurança sanitária, que fazem parte do plano de retomada do turismo, cujo objetivo é elaborar um documento que deverá promover ações integradas dos empreendimentos turísticos para garantir a retomada gradativa das atividades, preservando os empregos e auxiliando na segurança econômica e sanitária. Informou que o plano foi apresentado em reunião do CONETUR, em 01/06/2020, tendo sido construído de forma coletiva com a SETUR, EMPROTUR e SUVISA (SESAP), responsável pela revisão, e com apoio da FECOMERCIO, do Senac, SINDTUR e da ABIH. Acrescentou que o Plano é um instrumento vivo, pois serão feitas alterações para se adequar a nova situação que estamos vivenciando. Os objetivos específicos do plano são: definir protocolos de saúde a serem seguidos no segmento do turismo do RN; oferecer capacitação e consultoria para que as organizações atendam os protocolos de saúde; implementar selo que ateste que as organizações estão aptas a seguirem os protocolos de saúde definidos; elaborar plano de promoção do destino RN; estabelecer cronograma de implantação das medidas de retomada; e estabelecer alinhamento entre os governos na construção e execução de estratégias para o turismo. Dentro do Plano de Segurança Sanitária, os protocolos têm o objetivo de oferecer diretrizes de enfrentamento a Covid-19 para a retomada da atividade turística no Rio Grande do Norte. Os objetivos específicos são: definir fluxo geral de atendimento a casos de turistas com suspeita de Covid-19 ou que informe estarem com sintomas, a ser seguido pelas empresas de turismo; e definir critérios mínimos gerais de higiene pessoal, segurança sanitária, distanciamento social e sanitização de ambientes, a serem seguidas pelos seguimentos relacionados à atividade turística. Os pontos abordados são: fluxo de viajantes/turistas suspeitos de Covid-19; critérios mínimos gerais de higiene pessoal, segurança sanitária, distanciamento social e sanitização de ambientes a serem seguidas pelos segmentos relacionados ao turismo; e comunicação dos prestadores de serviço turísticos sobre as normas gerais de segurança e prevenção. Acrescentou que a SETUR e a EMPROTUR não conseguem manter um diálogo direto com todos os prestadores de serviço do estado, sendo importante, portanto, a colaboração dos secretários de turismo municipais para manterem diálogo com prestadores de serviços de cada município. Os critérios específicos abordados nos protocolos estão divididos em três grupos: hospedagem; alimentos e bebidas; e serviços receptivos, espaços e equipamentos de lazer e visitação, que incluem uma série de serviços para o turista. Sobre as boas práticas para prevenção à Covid-19, informou que o Senac oferece três cursos, com duração de 20h, destinados aos meios de hospedagem; serviços receptivos e áreas de visitação; e às empresas de alimentos e bebidas. As inscrições para os cursos foram realizadas através do site do Senac, no período de 08 a 12/06, e as aulas tiveram início em 15/06. Os critérios para inscrição são: possuir renda familiar mensal per capita de até dois

salários mínimos federais (auto declaração); e apresentação de documentos pessoais no ato da matrícula. Solicitou que Marcelo prestasse mais esclarecimentos sobre os cursos.

MARCELO CHIARELLI MILITO (Serviço nacional de aprendizagem comercial - Senac/RN) - Saudou os participantes e agradeceu a oportunidade de participar da reunião para falar sobre a parceria com a SETUR e demais entidades para apoiar o trade turístico local. Sobre os cursos, informou que eles foram feitos da forma mais interligada possível, para que a informação seja unificada e clara, facilitando o entendimento por parte do prestador de serviço e do turista. Os cursos foram pensados junto com o Plano de Segurança Sanitária, em conformidade com os critérios do Programa Senac de Gratuidade (PSG), cujos critérios são nacionais, sendo o principal deles, atender pessoas com renda per capita abaixo de dois salários. A divulgação dos cursos foi feita de forma online, assim como as inscrições e a realização das aulas. Uma das dificuldades foi a quantidade de matrículas. Foram disponibilizadas 500 vagas e houve quase 1 mil inscritos. Em virtude disso, o Senac está pensando em abrir novas turmas no mês de julho para que mais pessoas possam se capacitar. Informou que, para que a inscrição seja válida, a documentação precisa estar de acordo com os critérios estabelecidos, e que houve uma grande quantidade de documentação irregular ou incompleta. Acrescentou que, para os casos específicos, de pessoas que não atendem aos critérios do PSG, foram abertas turmas convencionais, com preço simbólico de R\$ 99. Finalizou se colocando à disposição para quaisquer esclarecimentos.

SOLANGE DE ARAÚJO PORTELA - Prosseguiu com a apresentação, falando sobre o alinhamento entre os governos. O governo Federal criou o selo Turismo Responsável, cujos protocolos precisam estar alinhados tanto com os atores estaduais do turismo quanto com os municípios turísticos. Informou que, para o alinhamento com os municípios, verificou a necessidade de definir quais critérios ficaram e incumbência dos municípios e não estão contempladas no plano; preparar uma apresentação resumida do plano com orientações direcionadas aos municípios turísticos; realizar a apresentação em reuniões com cada polo de turismo para apresentação desses alinhamentos. Como base para este alinhamento, observou-se a decisão normativa do Supremo Tribunal, no que concerne ao pedido de liminar na ADI 6.341, ajuizada contra algumas disposições da MPV nº 926, na qual ficou entendido que a referida medida provisória não contraria a Constituição, porque não impede a tomada de providências normativas e administrativas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, reforçando que esses entes subnacionais também podem adotar medidas contra a pandemia. Assim, havendo omissão por parte da União sobre a matéria, os Estados podem regulamentar a questão de forma plena, cabendo a atuação suplementar dos Municípios, salvo nos casos em que o interesse for exclusivamente local, o que indica a prioridade da deliberação municipal. Como a questão da pandemia da Covid-19, obviamente, extrapola o interesse local da municipalidade, não existe qualquer óbice para a interdição determinada pelos governos estaduais. Ressaltou que os municípios também podem criar seus próprios decretos, sempre alinhando com as determinações das demais instâncias. Diante disso, apresentou as recomendações para os municípios: seguir a legislação e os protocolos estaduais, principalmente no que tange aos

serviços turísticos transmunicipais; considerando que o plano de retomada estadual é dinâmico, encaminhar medidas que transpassem as fronteiras dos municípios turísticos para avaliação e aprimoramento do plano, evitando distorções com relação aos procedimentos a serem adotados; atentar para a norma Estadual e Federal ao tratar casos específicos que podem e devem ser tratados pela municipalidade; atentar para a ampla comunicação ao trade turístico e ao turista sobre detalhamentos e encaminhamentos para além do plano estadual. Acrescentou que a diferença de protocolos em destinos diferentes no mesmo estado pode causar confusão de informação e atuação por parte dos turistas e prestadores de serviços, sendo necessário que todos estejam atentos e cumpram com os procedimentos em seu município. As principais competências do Município sobre disciplinamento são: abertura ou não de estabelecimentos; espaços abertos específicos, como praias, lagoas, açudes, rios, etc; atrativos de controle de entrada, como parques, museus, aquários e demais atrativos; barracas de praia, lagoas e outros espaços públicos; e ambulantes.

ALZIENE FREITAS (Município de Ceará-Mirim) - Questionou se cada município terá de criar seu plano de retomada.

SOLANGE DE ARAÚJO PORTELA - Respondeu que cada município tem autonomia para elaborar seu plano de promoção turística e traçar estratégias para retomada de acordo com a particularidade do município. Ressaltou a necessidade de atentar para os protocolos específicos de segurança, no tocante às áreas de praia, barracas, ambulantes, etc, que merecem mais atenção e disciplinamento.

YVES GUERRA DE CARVALHO (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/RN) - Informou que o Sebrae está com um programa de bioprevenção, chamado Reinicie Bioprevenção, que consiste em várias soluções, dentre elas o desenvolvimento de cartilhas para turismo, comércio, indústria e serviços, a maioria disponível, gratuitamente no site do Sebrae. Acrescentou que o programa inclui também consultoria para as empresas, auxiliando na elaboração do plano de ação personalizado e o protocolo de cada empresa. Além desses, estão desenvolvendo 5 metodologias para atender segmentos da cadeia turística, como ambulantes, desde que formalizados como microempreendedores individuais, barraqueiros, quiosque, locadores de mesas e cadeiras, guia de turismo, buggueiros e lojas de artesanato.

GEORGE ALEXANDRE BARRETO COSTA (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN - FECOMÉRCIO) - Reconheceu o apelo feito pela comunidade para que o SEBRAE apoiasse os pequenos negócios, e parabenizou o Sebrae pelas ações desenvolvidas. Destacou que houve ajustes na carga horária e no valor da consultoria, com um aporte maior (80%) para os micros e pequenos empresários, sendo esta uma ação importante para o desenvolvimento do plano de retomada.

YVES GUERRA DE CARVALHO - Agradeceu ao George pelo reconhecimento. Destacou que existe uma parceria do Sebrae com o Governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Saúde, pelo programa RN Mais Saudável, que possibilita potencializar a iniciativa do Programa Reinicie Bioprevenção.

GEORGE ALEXANDRE BARRETO COSTA (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN - FECOMÉRCIO) - Lembrou que o programa do Sebrae visa atender aos microempreendedores individuais com registro formal. Destacou que o registro do MEI é bastante acessível e que esta é uma oportunidade para aqueles que ainda trabalham na informalidade fazerem o registro do seu negócio. Acrescentou que, essa medida possibilita ao Sebrae e às Secretarias de Turismo Estadual e Municipal conhecerem a realidade dos negócios turísticos do Estado.

AGNELO PEIXOTO NETO (Banco do Nordeste do Brasil) - Dando continuidade à pauta, passou a palavra para Bruno Reis fazer a apresentação do Selo do Turismo e criação do site para o Selo do Turismo.

BRUNO GIOVANNI DOS REIS (Empresa Potiguar de Promoção Turística - EMPROTUR) - Saudou aos presentes. Iniciou a apresentação informando que a criação do selo foi pensada com base em pesquisas aplicadas com o trade potiguar e nacional, na qual identificou-se a importância para o destino ter certificado (selo) seguro para trabalhar na retomada das atividades. O setor de turismo passará a ganhar um destaque na forma como esta sendo conduzindo o plano de retomada, buscando um diferencial na segurança dos serviços. Buscou-se, portanto, aprimorar o selo Federal com dois aspectos que o Ministério não executou: uma etapa de capacitação/qualificação e uma etapa de monitoramento e controle. O site Turismo Mais Protegido tem duas abas: uma para as empresas acessarem os protocolos disponíveis e as orientações de cadastro para aquisição do selo e uma outra para o turista conseguir visualizar, por município, quais empreendimentos fizeram adesão e estão com selo válido, além de ser um canal para monitoramento, consulta e reclamação. Sobre a obtenção do selo, disse que existem duas etapas: na primeira etapa, é obrigatória a adesão ao selo do Mtur (Turismo Responsável, limpo e seguro) e estar com Cadastro ativo no Cadastur; na etapa 2, é obrigatória a capacitação junto ao Plano de Treinamento do Senac, conforme especificações do Plano de retomada do estado do RN, comprovando a conclusão de curso de no mínimo 1 funcionário por ramo de atividade do empreendimento. É necessário, ainda, assinar uma carta de compromisso com o destino RN em multiplicar o conteúdo do curso com os demais colaboradores da empresa; na terceira etapa, após o envio da documentação comprobatória das etapas 1 e 2, a equipe da Setur/Emprotur fará a checagem da documentação e a empresa receberá o selo Turismo + Protegido com validade de 6 meses. Acerca dos benefícios para o Destino RN, informou que somos o único destino no Brasil a oferecer uma capacitação com o Senac junto com o plano de retomada das atividades. Portanto, busca-se uma padronização dos protocolos nas esferas federal, estadual e municipal; promover o diferencial competitivo do destino em relação aos protocolos de segurança sanitária; maior engajamento dos municípios turísticos do RN; colaborar com a formalização do setor (Adesão/atualização do Cadastur); executar blitz educativa em conjunto com os gestores municipais para averiguar se os protocolos estão sendo efetuados da forma correta; e o reconhecimento do WTTC (Conselho mundial de viagem) com Selo internacional (Safe travels) para os protocolos do Estado. Finalizou, informando que o prazo previsto para lançamento do site é para a primeira quinzena de

julho. Os critérios para quem não tem obrigatoriedade do cadastur, estão sendo discutidos com o Ministério do Turismo para saber como essas atividades serão contempladas.

YVES GUERRA DE CARVALHO - Questionou se existe a possibilidade do selo estadual contemplar também a metodologia do Sebrae, tendo em vista que estão atendendo todos os critérios do Ministério da Saúde para implementação dos protocolos de segurança. Solicitou que a metodologia seja aceita pelas empresas como critério para obtenção do selo estadual.

BRUNO GIOVANNI DOS REIS - Comentou que, em reunião com João Hélio e Lorena, chegou ao entendimento de que o Sebrae deveria fazer parte desse movimento, mas que é necessário que a Diretoria do Sebrae se posicione de forma clara sobre o assunto, uma vez que houve discordância com o selo do Ministério do Turismo. Entretanto, como o plano ainda está em construção, tudo pode mudar e o que importa é o posicionamento do destino.

YVES GUERRA DE CARVALHO - Complementou que talvez a união dos selos fortaleça a empresa, pois quanto mais capacitações e certificações ela tiver, melhor.

GEORGE GOSSON (Fundação Comitê de Captação de Eventos de Natal - Convention & visitors bureau do Natal) - Saudou aos presentes. Concordou com a sugestão de Yves Guerra e completou que as empresas poderiam utilizar a consultoria do Sebrae, desde que esta absorva os critérios do Plano Básico de Saúde. Sugeriu que as empresas pudessem optar entre fazer o curso do Senac ou a consultoria do Sebrae como critério para aquisição do selo.

BRUNO GIOVANNI DOS REIS - Concordou com a sugestão de George Gosson sobre haver um selo único e disse que, o posicionamento da Setur/Emprotur é favorável, dependendo apenas da decisão do Sebrae para que haja a junção do selo.

YVES GUERRA DE CARVALHO - Reafirmou seu posicionamento e se comprometeu a levar a sugestão para a Diretoria do SEBRAE para que as empresas que fizerem o treinamento junto ao SEBRAE possam pleitear também o selo estadual.

SOLANGE DE ARAÚJO PORTELA - Complementou a fala do Bruno, dizendo que a argumentação apresentada na reunião foi de que o Sebrae estava trabalhando com o projeto em nível nacional. Acrescentou que a Setur está trabalhando com os critérios para a adesão para que, na primeira semana de julho, o selo seja lançado.

ISALÚCIA BARROS CAVALCANTI MAIA (Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN - IDEMA) - Lembrou que as atividades turísticas que envolvem o Cajueiro e as Dunas de Jenipabu, como os passeios de buggys, precisam ser levadas ao IDEMA para alinharem os procedimentos necessários.

SOLANGE DE ARAÚJO PORTELA - Informou que está previsto uma reunião com o IDEMA para serem apresentados os protocolos de segurança. Acrescentou que o serviço buggy turismo é uma categoria que está sendo analisada para decidir como eles farão para

adquirir o selo do RN, pois a atividade não se enquadra nas categorias existentes para aquisição do selo, uma vez que os bugueiros não têm acesso ao Cadastur.

AGNELO PEIXOTO NETO - Deu prosseguimento à pauta, passando a palavra para Leonardo Seabra, da Emprotur, que apresentaria a síntese dos resultados das pesquisas realizadas com o trade durante a pandemia.

LEONARDO SEABRA (Empresa Potiguar de Promoção Turística - EMPROTUR) - Saudou aos presentes. Deu início à apresentação explicando que área de articulação e pesquisa vem desenvolvendo uma série de estudos e outros acompanhamentos, cujos objetivos são: monitorar os indicadores de performance do turismo do Estado e seus destinos; subsidiar os gestores e equipes no planejamento, tomada de decisão e ações pontuais; embasar pareceres, TDRS; justificar as campanhas, pedidos de recursos; avaliar a eficácia das ações/estratégias da Setur e da Emprotur; acompanhar o mercado para identificar tendências; e prover aos gestores e ao trade com dados relevantes para basear suas estratégias e ações com mais assertividade. Os dados coletados se destinam tanto às análises internas quanto aos parceiros externos dos setores público e privado. Informou que a área de articulação e pesquisa trabalha com diversas fontes de informações, realizando pesquisas e levantamentos internos com o setor público e privado do Estado (trade local, municípios e gestores), assim como pesquisas externas com o trade BR, nas bases de dados oficiais (ex: ANAC, Caged) e no Think Tanks (ex: Nielsen, Global Data, Phocuswright, Kantar, TRVL LAB). Informou que desde o início da pandemia, estão sendo feitas pesquisas de mercado para entender o comportamento dos Trade BR e RN; os impactos econômicos da pandemia no Trade do RN; a percepção do Trade BR no cenário atual e pós-pandemia; e o raio-x da gestão do turismo nos municípios. Após os estudos foram feitos alguns inputs para planos e tomada de decisão, destacando a importância das medidas sanitárias. Explicou que a pesquisa ajuda a uma melhor percepção da dimensão sanitária para o funcionamento do turismo na perspectiva do trade. Destacou que a pesquisa feita *a posteriori* ajuda a validar o que vem sendo feito, uma vez que, desde o início da pandemia, ficou clara a preocupação do mercado brasileiro em garantir a confiança dos clientes a respeito da segurança nas próximas viagens. Meses depois foram acrescentadas variáveis sobre o controle da pandemia e da estrutura de saúde nos destinos; a importância das práticas sanitárias nos estabelecimentos, atribuindo selo ou certificação sanitária às companhias aéreas e aos meios de hospedagem para transmitir confiança aos clientes. Foram feitos questionários que apontaram os pontos importantes para a melhoria da confiança do público, destacando-se a adoção e dos protocolos de segurança e disseminação das boas práticas de segurança. Sobre os desafios previstos para a retomada, a desconfiança do consumidor quanto a segurança para viajar é o fator que mais pesa, junto com a falta de demanda por motivos financeiros. Apresentou alguns dados de pesquisas já realizadas com o público de viagem de negócios e questões sobre a percepção de certificações para eventos, meios de hospedagem e procedimentos de saúde; e com gestores de viagens das empresas, cujas diretrizes de saúde pública de autoridades sanitárias nacionais e internacionais é uma das principais condições para que sintam-se seguros ao enviar seus colaboradores em viagens. Acerca das dificuldades

previstas pelo trade para a retomada do turismo no RN, a pesquisa apontou as medidas e protocolos sanitários com fator mais importante. Da mesma forma, os gestores do setor público apontaram as medidas e protocolos sanitários como prioridade no plano de retomada do turismo, juntamente com as ações vinculadas a ele. Destacaram também a busca por novas parcerias com o trade, a capacitação e a importância do Manual de Melhores Práticas para que se sintam seguros para receber os turistas. Acrescentou que o tema do acesso a crédito emergencial também foi tratado na pesquisa, apontando que uma parcela significativa não teve acesso às linhas de crédito tanto públicas quanto privadas, e os que tiveram acesso, obteve de uma pequena diversidade de instituições. Apresentou ainda o acesso às linhas de crédito por município, dos quais mais de 2/3 informou ter conhecimento e divulgar a informação. Porém, foi observado também que em 4 dos 5 polos, pelo menos 30% não tem conhecimento e/ou não divulga. Finalizou, mostrando dados sobre a sobrevivência das empresas após o período de interrupção das atividades, e se colocando à disposição para eventuais consultas.

JOÃO PAULO SERAFIM FELIX (Município de Vila Flor) - Questionou se a pesquisa é apenas descritiva ou se aprofunda em análises bicaudais, ou seja, análises de correlação.

LEONARDO SEABRA - Respondeu que, nesse momento, por não disporem de tempo, nem de recursos humanos, as análises não foram mais aprofundadas. Acrescentou que, diante da urgência do cenário atual, quando se precisava de dados concretos e respostas imediatas, foram feitas análises descritivas, com algumas observações específicas quando necessário.

AGNELO PEIXOTO NETO - Informou que, com relação ao acesso a crédito emergencial, o Banco do Nordeste está procurando atender às empresas. Acrescentou que, mesmo com as dificuldades no atendimento, por estarem sendo feitos de forma virtual, no período de março a maio de 2020 o banco aplicou mais que nos anos anteriores no mesmo período. Tendo sido aplicado, em 2018, R\$ 222 milhões; em 2019, R\$ 195 milhões; e, em 2020, R\$ 277 milhões. Ponderou que, os desafios são grandes, tanto para as empresas quanto para o banco, mas que estão desenvolvendo tecnologias para melhor atender às necessidades dos clientes nesse momento de pandemia, inclusive com a disponibilização do crédito emergencial, com taxa de juros de 2,5% ao ano. Admitiu que ainda há o que melhorar e que o Banco do Nordeste está recebendo as críticas dos setores, das classes empresariais, e dialogando com os órgãos responsáveis pelo setor (Sebrae, Fecomércio, Fiern) na busca da melhor maneira de levar o crédito para as empresas. Finalizou, dizendo que ainda precisam avançar, e que o Banco do Nordeste está à disposição para atender as empresas nesse momento tão difícil.

LEONARDO SEABRA - Corroborou com a fala de Agnelo, informando que as pesquisas apontam o Banco do Nordeste como a instituição financeira que mais apoiou o crédito para as empresas.

BRUNO GIOVANNI DOS REIS - Informou que a Emprotur está realizando uma pesquisa, em parceria com a GOL, para entender "a fome de viajar" dos contatos na Argentina, e que

pretende iniciar outra pesquisa, dentro e fora do país, para medir o *recai* do "Tudo Começa Aqui", buscando saber se as pessoas entendem que o termo se refere ao RN.

HECTOR HUGO CROSA (Fazenda Vila Flor) - Informou que participou de uma reunião sobre o crédito emergencial e foi direcionado à Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN) e ao Fundo Geral do Turismo (Fungetur) para tentar sanar algumas dúvidas. Questionou a Agnelo qual o caminho mais direto para que as pequenas empresas tenham acesso ao crédito.

AGNELO PEIXOTO NETO - Informou que o Banco do Nordeste tem o site www.bnb.gov.br, no qual o cliente acessa a opção "seja nosso cliente".

ANNA PAULA ANDRADE (Secretaria Estadual de Turismo do RN) - Informou que tanto o Fungetur quanto a AGN possuem canais de atendimento direto, via e-mail e Whatsapp, e sugeriu que os contatos fossem disponibilizados no grupo do Polo.

YVES GUERRA DE CARVALHO - Sobre os questionamentos do Heitor, informou que havia disponibilizado no chat do grupo de discussão um link (<http://material.rn.sebrae.com.br/credito-agn>) com o passo-a-passo para a solicitação do crédito junto à AGN, disponível também na página do Sebrae.

MAURICIO SILVA DOS REIS CAVALCANTE (Associação dos Proprietários e Condutores de Buggys de Aluguel - APCBA) - Saudou aos presentes. Questionou à Solange e a Bruno Reis se o buggueiro que faz parte do quadro social da cooperativa pode pleitear o selo de segurança sanitária por meio do Cadastrur da APCBA.

SOLANGE DE ARAÚJO PORTELA - Respondeu que a sugestão será analisada, uma vez que a Setur está construindo os critérios para aquisição do selo, e que a situação dos buggueiros vem sendo discutida, buscando-se uma forma de viabilizar o selo para a categoria. Questionou se o Cadastur da cooperativa está ativo/atualizado e informou que é necessário que faça adesão ao Selo de Turismo. Ponderou que a flexibilização do selo por meio da cooperativa é uma alternativa viável, entretanto, é preciso pensar na categoria como um todo e não apenas nos cooperados.

MAURICIO SILVA DOS REIS CAVALCANTE - Informou que o cadastro foi realizado e que vai verificar se o cadastro está ativo. Sobre os buggueiros, informou que a cooperativa está de portas abertas para todos os profissionais da atividade, desde que atuem na categoria de Buggy turismo. Acrescentou que a adesão é livre e voluntária, desde que cumpram as regulamentações estatutárias da cooperativa. Finalizou dizendo que a cooperativa busca facilitar a formalização da atividade e dar maior credibilidade à instituição.

SOLANGE DE ARAÚJO PORTELA - Disse que é preciso também pensar a respeito da capacitação, de modo que um buggueiro que faça a capacitação possa ser o multiplicador para os demais profissionais.

MAURICIO SILVA DOS REIS CAVALCANTE - Se dispôs a participar da capacitação e repassar as informações adquiridas.

YVES GUERRA DE CARVALHO - Contribuiu com a discussão, informando que verificou no site do Cadastur a existência de uma categoria chamada "prestador especializado em segmentos turísticos", a qual acredita ser adequada para a inclusão dos buggueiros no Cadastur.

SOLANGE DE ARAÚJO PORTELA - Informou que Graça Pessoa, chefe do setor do Cadastur na Secretaria Estadual de Turismo, está realizando uma análise minuciosa, tendo inclusive conversado com o Ministério do Turismo a respeito desse assunto, mas há um item que exclui a atividade de Buggy turismo, impossibilitando a realização do cadastro.

YVES GUERRA DE CARVALHO - Questionou se existe, neste caso, a exigência do CNPJ.

SOLANGE DE ARAÚJO PORTELA - Informou que a única categoria cujo CNPJ não é exigido é a guia de turismo.

GEORGE GOSSON - Retomando o tema dos protocolos de segurança, reforçou a importância da observância, por parte dos atores de turismo do RN, de todos os procedimentos necessários para atender bem ao turista, evitando que haja repercussão negativa devido a algum incidente ou falta de assistência ao turista com suspeita de Covid-19. Ressaltou a necessidade de reforçar as orientações dos protocolos em cada município do Estado, para que todos saibam como agir diante de alguma incidência.

SOLANGE DE ARAÚJO PORTELA - Encerrou a reunião, agradecendo a presença e a participação de todos e enfatizando a importância da articulação dos gestores em cada município, divulgando os protocolos de segurança junto aos prestadores de serviços, para que possam retomar as atividades o mais breve possível.

Término: 10h58

I - Instituições Conselheiras Presentes (representadas por seu titular ou suplente):

INSTITUIÇÃO	REPRESENTANTE
1. Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH	Ana Gabriela de Souza Duarte de Medeiros
2. Associação Brasileira das Agências de Viagens - ABAV	Michelle Pereira Silva
3. Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL	Arthur Fontes
4. Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES	Josemá de Azevedo
5. Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores de Turismo do RN - ABRAJET	José Maria Pinheiro
6. Associação das Mulheres Unidas de Genipabu - AMUG	Vanessa Porciano
7. Associação dos Proprietários e Condutores de Buggys de Aluguel - APCBA	Mauricio Silva dos Reis Cavalcante
8. Banco do Nordeste do Brasil S. A - BNB	Agnelo Peixoto Neto
9. Empresa Potiguar de Promoção Turística - EMPROTUR	Bruno Giovanni dos Reis
10. Federação do Comércio de Bens e Serviços do Rio Grande do Norte - FECOMÉRCIO	George Alexandre Barreto Costa
11. Fundação Comitê de Captação de Eventos de Natal (Convention & Bureau do Natal)	George Gosson
12. Instituto de Desenvolvimento Educação e Planejamento - IDEA	José Augusto Santos
13. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN - IDEMA	Isalúcia Barros Cavalcanti Maia
14. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN	Patrícia Daliany Araújo do Amaral
15. Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RN	Lorena Gomes Pinheiro
16. RESPOSTA - Responsabilidade Social Posta em Prática	Jurema Márcia Dantas da Silva
17. Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social - SESED	Ivenio do Espírito Santo Hermes Júnior
18. Secretaria de Estado de Planejamento e das Finanças do RN - SEPLAN	Jankarly Varela de Oliveira Morais
19. Secretária de Estado do Turismo do RN - SETUR/RN	Solange de Araújo Portela
20. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do RN - SEBRAE/RN	Yves Guerra de Carvalho
21. Sindicato dos Bugueiros Profissionais do RN - SINDBUGGY	João Miranda
22. Universidade Potiguar - UnP	Rosangela Carmelita Pessoa Moreno
23. Município de Baía Formosa	Marcelly Madeiro da Silva

24. Município de Canguaretama	Maria Carvalho
25. Município de Ceará Mirim	Alziene Freitas
26. Município de Maxaranguape	Tiago Marinho Marques
27. Município de Natal	Christiane de Araújo Alecrim
28. Município de Nísia Floresta	Maxsa Valéria do Nascimento Alves de Mesquita
29. Município de Parnamirim	Giovani Rodrigues Junior
30. Município de Pedra Grande	Naldo
31. Município de Rio do Fogo	Junior Ferreira Gomes
32. Município de São Gonçalo do Amarante	Gisele Aparecida Dantas Moura
33. Município de São Miguel do Gostoso	Janielle Linhares da Silva
34. Município de Tibau do Sul	Elizabeth Susana Bauchwitz (Beth)
35. Município de Touros	Fernando Antonio Melo Rocha
36. Município de Vila Flor	João Paulo Serafim Felix

II - Instituições Conselheiras com ausências injustificadas (não representadas na reunião pelo titular ou suplente)

1. Cooperativas dos Proprietários de Taxi de Natal Ltda - COOPTAX
2. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA
3. Superintendência do Patrimônio da União - SPU

III - Instituições Conselheiras com ausências justificadas (não representadas na reunião pelo titular ou suplente)

1. Município de Extremoz
2. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

IV - Lista dos demais Participantes

1. Anna Paula Andrade	Secretaria Estadual de Turismo do RN
2. Hector Hugo Crosa	Fazenda Vila Flor
3. Leonardo Seabra	Empresa Potiguar de Promoção Turística - EMPROTUR

4. MÉRCIA MOTA	SETUR/RN
----------------	----------